



O final do inverno e o início da primavera de 2024 se apresentaram como uma espécie de cartão de visitas da emergência climática para amplas regiões interiores do país, em especial para o rico interior paulista. Os incêndios sucessivos e recorrentes que passaram a ocorrer em pastos, canaviais e áreas degradadas de propriedades rurais do Estado de São Paulo desde os finais de agosto, fizeram soar alarmes para setores da sociedade – sobretudo em São Paulo – que faziam ouvidos moucos aos alertas sobre extremos climáticos e catástrofes a eles associadas. É o mover do “carro Jagrená”, do qual fala Anthony Giddens no capítulo final de seu livro “As consequências da Modernidade”: nosso modo de vida moderno é uma máquina colossal, que por vezes sai do

controle daqueles que a carregam e esmaga a muitos. A insegurança e o risco de um “mundo em descontrole” – título de outra obra desse mesmo sociólogo – são cada vez mais presentes em nossas vidas. A emergência climática apenas injeta mais estresse no sistema, que pena para se reequilibrar.

Mas os episódios das queimadas/incêndios do presente, mobilizadores em si de setores empresariais, governos (em todas as escalas) e a chamada sociedade civil, não podem ficar na história apenas como um limiar que foi ultrapassado. Urge a tomada de medidas severas de proteção e adaptação a esses extremos e suas consequências. Também – e de forma não menos importante – deve-se buscar as causas da persistência de práticas e processos que apenas reforçam o quadro de agravamento climático. Como uma publicação acadêmica sediada neste rico interior paulista (e a insistência nesta expressão é uma forma de denúncia do custo dessa condição tão autocongratulada da região), Retratos de Assentamentos entende que sua contribuição, ao mesmo tempo que deve ser de apoio à mobilização e à adoção de medidas severas e mesmo disruptivas em relação à cultura predatória do meio ambiente que o agro paulista e brasileiro tem praticado há muito tempo deve ser a de esclarecer as origens dessa cultura e entender a sua férrea persistência.

É inadmissível que de todas as possíveis tecnologias ameríndias no desenvolvimento de uma agricultura adaptada às florestas tropicais (e elas existem), apenas uma delas – notadamente a mais nociva aos biomas – foi plenamente incorporada pela agropecuária colonial, permanecendo como prática válida até o século XXI. A coivara ameríndia, se fazia uso do fogo, não tinha como objetivo a completa devastação ambiental: não fazia parte do escopo dessa tecnologia tradicional extirpar biomas inteiros (“limpar” os terrenos ou campos) para introduzir novos cultivares. A agroecologia, tema tão presente nas pesquisas e proposições voltadas aos estudos rurais e cuja origem remonta às práticas de diferentes comunidades pré-coloniais, já nesta época criava condições de convivência entre os biomas originais e os cultivares que essas populações privilegiavam. Nada disso foi levado em consideração até muito recentemente pelos responsáveis pela gestão econômica dos vastos territórios interiores do Brasil; tão somente o fogo e seu fundamental poder destruturador de complexos arranjos bióticos-naturais foi adaptado para a implantação da economia colonial – e, nos séculos XIX e XX, da plantation capitalista.

É Sérgio Buarque de Holanda quem, em “Visões do Paraíso”, evidencia que o termo “devastação” foi recorrentemente utilizado pelos cronistas do Século XVI para descrever o processo de extração colonial do pau-brasil e outras madeiras de lei da Mata Atlântica. A perda de volume e extensão desse bioma – o primeiro a entrar em contato com a iniciativa mercantilista europeia – foi uma catástrofe significativa que apenas prenunciaria o processo de colonização das terras baixas da

América do Sul. Uma economia predatória e realmente inimiga do meio-ambiente se instala na colônia, sem sequer guardar algum respeito que o modo de vida camponês mantinha com relação às florestas no Velho Mundo. Inaugurando mesmo um modo de produção intensivo no uso da terra e da mão-de-obra (escrava, é claro), a nascente economia colonial tropical vai enfrentar essa “muralha” natural – como a descreveu Dinah Silveira de Queiroz no seu romance apologetico – e vencê-la pela destruição. Mas, não foi apenas a economia extrativista colonial que se ocupou da devastação das matas tropicais e subtropicais do litoral, das várzeas e do planalto.

O fogo, ontem e hoje, é um instrumento fundamental na “abertura de novas terras”, isto é, na ampliação das áreas agricultáveis e, portanto, comercializáveis. Talvez ninguém expôs de forma tão clara e rigorosa esse processo quanto José de Souza Martins, em sua obra “O cativo da Terra”: a terra, base física e território, transforma-se em propriedade e mercadoria com a Lei de Terras de 1850. E “produzir” terra-propriedade é, até hoje, manter o processo de devastação ambiental sobretudo no Cerrado e na Amazônia. Trata-se da lógica da “fronteira agrícola” que transforma vastas áreas de matas em objeto de cobiça e destruição.

Primeiro, a floresta é um almoxarifado, do qual se extrai o máximo de valor – mesmo que, conforme denunciam os ecólogos, as principais riquezas desses biomas são simplesmente destruídas para a extração de algumas espécies de madeira e, eventualmente, algum minério via garimpo – depois, abre-se os campos para a pastagem ou cultivo de grãos. Temos, por um lado, o agronegócio (aquele que é tech, mas não abre mão do fogo colonial) gerador de riquezas materiais, mas também de boa parte dos gases do efeito estufa que o país produz; por outro lado, a manutenção dessa (agri)cultura, obsoleta diante das necessidades de adaptação às mudanças climáticas das quais ela mesma é a principal responsável. E o que essa condição de risco recorrente de queimadas evidencia – além da emergência climática em si – é o velho e nada bom latifúndio: as grandes propriedades esvaziadas de agricultores, nas quais uma simples bituca acesa pode deflagar um incêndio de imensas proporções. Na busca por ações e articulações para o enfrentamento dos riscos dessa emergência ambiental, não podemos esquecer de suas causas e seus responsáveis, sob pena de providenciarmos remendos superficiais para uma rotura profunda e persistente. Ao invés de resiliência para os ecossistemas, a palavra da moda, continuamos convivendo e vemos prevalecer em larga escala a sanha capitalista que produz paisagens inflamáveis, agora adicionadas de uma proposital ação humana coordenada pelo extremismo e o agro mais radical e predatório para literalmente tocar fogo em tudo.

Contra o fim do mundo, procuramos resistir. Com a grata satisfação de encontrar, no presente número da revista Retratos de Assentamentos, a já costumeira alta quantidade de artigos que nos trazem esperança: com foco na agroecologia, na alimentação saudável, nas políticas que combatem a fome e com a ação dos movimentos sociais, pesquisadoras(as) de todo o Brasil nos enviam artigos que dão esperança. Mostram in loco experiências que acontecem em meio a conflitos e resistências. No caso dos assentamentos, desde as ocupações das terras, com a agricultura familiar assentada produzindo a esperança de um futuro melhor.

Os artigos trazem a agricultura familiar exatamente nesta posição, transitando entre o combate à fome, à lógica da multifuncionalidade que rege sua organização produtiva para a produção de alimentos – em direção oposta ao sistema escravista desde os tempos coloniais – até a inserção desses alimentos na merenda escolar da maior região metropolitana brasileira. Continua, na linha da esperança, com o tema das sementes, com artigo que argumenta que o controle dos fatores de produção devem estar nas mãos dos camponeses, e não nas transnacionais, para de fato avançarmos na autonomia e no bem viver do campesinato e, conseqüentemente, do povo brasileiro.

Amarrados a esta discussão, os artigos seguintes tratam da juventude rural como geração a semear o futuro, na região de Buenos Aires, com base na economia popular. O artigo toca um

Ferrante et al.

ponto fundamental, que são os desafios quanto à formação desses agentes para a transformação social, ao passo que faz um bom resgate do debate da juventude enquanto categoria analítica. O mesmo ocorre no caso da juventude que participa de projetos de extensão universitária. O tema da formação da juventude aparece também como uma enorme possibilidade de pesquisa-ação com base nos paradigmas da Agroecologia.

Por outro lado, a análise das ações coletivas de mulheres para abordar os desafios da autonomia camponesa aparece em estudo sobre a organização produtiva da agricultura familiar e o protagonismo das mulheres na perspectiva de enfrentar as amarras do patriarcado. Um estudo sobre o turismo rural demonstra o potencial dessa atividade na aglutinação de pessoas que não são do meio rural, mas que se somam a estas pautas que combinam agricultura familiar, alimentação e meio ambiente. Fechando este bloco de artigos, um texto mais filosófico sobre a dignidade humana é bem-vindo, dado que associa o direito à terra como um direito humano fundamental e a importância dos movimentos sociais de luta pela terra para a redução de desigualdades estruturais.

O último bloco de artigos trata dos desafios que permanecem, como os desafios dos processos de regularização fundiária. Mesmo em áreas que possuem enormes passivos ambientais, o fluxo informacional confuso, as irregularidades documentais e a própria legislação podem ser elemento que dificultam o processo. A legislação e os processos administrativos para superar os desafios estão desatualizados. Por falar em atraso, a escravidão moderna que persiste nos tempos atuais também é objeto de análise em três diferentes perspectivas: histórica, conceitual e políticas de enfrentamento. Um artigo necessário para se pensar as inúmeras denúncias de situações de escravidão moderna que não cessam de aparecer, associadas à própria lógica capitalista e especialmente ao trabalho rural.

Nesta toada, a persistência dos latifúndios, bem como a força política e econômica que representa a classe de latifundiários também é tema dos mais relevantes quanto aos desafios que permanecem, nesta edição, com um estudo de caso em Minas Gerais. Já os processos de desapropriação são abordados como desafios à atualização da legislação brasileira. Para os autores, ao invés de punir quem comete crimes ambientais e não cumpre a função social da terra, existem grandes proprietários de terras que são premiados por não cumprirem a lei. Tais ações podem ser transformadas em grandes indenizações, quando da desapropriação de terras pelo Governo Federal para fins de reforma agrária, daí o alerta sobre a necessidade de revisão de normativas legais e administrativas.

Fechando este número há um artigo com a visão de um pesquisador italiano sobre a reforma agrária brasileira e, especialmente, seus índices de produtividade. Além de ajudar a compreender a importância do tema para a sociedade brasileira, ganha relevância pelo fato de que a colonização italiana contribuiu bastante para a conformação do campesinato brasileiro a partir do sec. XIX. Esperamos que este quadro apocalíptico que vivemos especialmente no presente ano possa ser mitigado e temos convicção de que a virada passa necessariamente pelos temas aqui abordados: reforma agrária, agroecologia e superação dos desafios que tornaram o uso e a ocupação da terra no Brasil essa verdadeira catástrofe ambiental e social. A nossa satisfação é saber que autores(as) e leitores(as) de Retratos estão do lado certo da história, continuarão resistindo e produzindo ciência contra o obscurantismo, propondo novos caminhos e a necessária ação para evitar a barbárie climática.

**Boa leitura!
Os editores**